

A ESCOLA COMO LOCAL DE DIFUSÃO DO PRODUTO CULTURAL HUMANO: FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO/SOCIAL

Vanice Schossler Sbardelotto¹

Resumo:

O artigo apresenta um percurso de estudos, a partir de Marx e Gramsci, que indica que o conhecimento sobre o mundo natural e social, decorrente do trabalho humano, que permitiu o domínio sobre ele, para ajustá-los às suas necessidades, foi alienado do trabalhador por meio da produção na sociedade capitalista. O trabalhador que não possui os meios de produção, vê-se portanto, alienado. As escolas se popularizaram como espaços necessários para integrar todos os sujeitos ao novo modo de vida. Sob a égide de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, cuja hegemonia é detida pelos proprietários dos meios de produção, que tipo de educação esta classe pode propor ao conjunto dos trabalhadores? A escola do capital tem afastado o ser humano do seu ser genérico ao aproximar a cultura escolar das formas alienadas de produção. Não é o domínio dos fundamentos do trabalho, da técnica, da tecnologia, que por fim à sociedade de classes e promoverá a socialização da riqueza material e cultural humana. Entretanto, o não enfrentamento do afastamento cultural dos trabalhadores do produto humano, tampouco pode contribuir. Enfrentar as formas alienadas de escolarização pode contribuir para a compreensão dos fundamentos da produção material e das formas sociais produzidas coletivamente.

Palavras-chave: Trabalho humano. Conhecimento. Educação Escolar. Humanização.

LA ESCUELA COMO LOCAL DE DIFUSIÓN DEL PRODUCTO CULTURAL HUMANO: FUNDAMENTO PARA EL DESARROLLO HUMANO / SOCIAL

Resumen:

El artículo presenta un recorrido de estudios, a partir de Marx y Gramsci, que indica que el conocimiento sobre el mundo natural y social, derivado del trabajo humano, que permitió el dominio sobre él, para ajustarlos a sus necesidades, fue alienado del trabajador por medio de la producción en la sociedad capitalista. El trabajador que no posee los medios de producción, se ve por lo tanto alienado. Las escuelas se popularizaron como espacios necesarios para integrar a todos los sujetos al nuevo modo de vida. Bajo la égida de una sociedad escindida en clases sociales antagónicas, cuya hegemonía es propiedad de los propietarios de los medios de producción, ¿qué tipo de educación esta clase puede proponer al conjunto de los trabajadores? La escuela del capital ha alejado al ser humano de su ser genérico al aproximar la cultura escolar de las formas alienadas de producción. No es el dominio de los fundamentos del trabajo, de la técnica, de la tecnología, que pondrá fin a la sociedad de clases y promoverá la socialización de la riqueza material y cultural humana. Sin embargo, el no enfrentamiento del alejamiento cultural de los trabajadores del producto humano, tampoco puede contribuir. Enfrentar las formas alienadas de escolarización puede contribuir a la comprensión de los fundamentos de la producción material y de las formas sociales producidas colectivamente.

Palabras clave: Trabajo humano. Conocimiento. Educación Escolar. Humanización.

¹ Doutoranda em Geografia, professora do Colegiado de Pedagogia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Email: vanice.sbar@gmail.com

Introdução

“Toda a escola unitária é escola ativa, embora seja necessário limitar as ideologias libertárias nesse campo e reivindicar com certa energia o dever das gerações adultas, isto é, do Estado, de “conformar” as novas gerações. Ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por razões de contraste e de polêmica: é necessária entrar na fase “clássica”, racional, encontrando nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e as formas. A escola criadora é o coroamento da escola ativa.”

(GRAMSCI, 2000)

A escola como local de difusão do conhecimento humano é também um produto humano, resultado do processo histórico da organização social. Compreender a escola como um espaço histórico, afasta concepções idealista de escola, como um local livre de contradições e confronto de interesses. Em uma sociedade marcada pelo antagonismo de classes, como a sociedade capitalistas, a escola é também um espaço social de disputa por projetos educativos, ancorados em concepções sobre a própria sociedade, sobre o homem, sua ontologia e sobre aquilo que é o resultado da humanização, a cultura.

Neste texto pretende-se defender, como apontado na epígrafe, a construção de uma escola que seja capaz de tornar as novas gerações contemporâneas do seu tempo. A partir da Marx e Gramsci essa escola precisa estar fundada no trabalho, seus fundamentos na sociedade atual e no produto cultural humano, do qual todos somos herdeiros.

Neste sentido, o percurso aqui estabelecido parte de compreender o homem enquanto produtor da sociedade humana, por meio do trabalho, sendo este portanto, sua ontologia; a variação das formas de trabalho decorrente da organização social produzida historicamente, não altera o seu caráter, mas produz um afastamento do conjunto dos homens do resultado do trabalho social. Este afastamento, ou estranhamento, de acordo com Marx, dos homens com o produto do seu trabalho produz consequência devastadoras, porque afasta o homem na sua natureza histórica, do ato fundante de toda a história social. Superar as formas alienadas de trabalho e exploração de uma classe sobre a outra é um percurso que o coletivo dos homens pode enfrentar, desde que esse seja projeto.

Marx e Gramsci defendem que a educação, forma pela qual todo e qualquer novo indivíduo se torna humano, tem papel fundamental para a superação da alienação do trabalho, porque pode difundir os fundamentos desse ato humano na sociedade atual. Entretanto esse não é caminho linear, de mão única. Caminhar para uma educação omnilateral, que supere o projeto educativo alinhado com as formas alienadas de produção, requer a compreensão do funcionamento da sociedade e da natureza. Esse processo educativo formal precisa atingir

formas concretas de explicação dos fenômenos naturais e sociais, explicando as formas históricas de produção, do trabalho.

Esses fundamentos contribuem para a análise do objeto de estudo na pesquisa de doutoramento cujo objeto é a formação dos pedagogos para o ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Os autores ajudam a formular uma defesa de humanização via escolarização que exige a difusão do produto cultural humano, a fim de alcançar uma compreensão menos “fantástica” da realidade. Para isso, o professor precisa ser bem formado, humanizado, a defesa aqui assumida é pela construção de uma escola que possibilita desvelar a realidade por meio da compreensão dos fundamentos do mundo concreto.

1 O trabalho produtor do homem

O processo de produção do mundo humano se dá pelo trabalho. Marx afirma que a ontologia do homem reside no trabalho e não na racionalidade. O processo de transformação da natureza pelo trabalho, desenvolvido pela ação humana foi capaz de transformar a natureza e o homem.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2014, p. 211)

O homem não nasce, por assim dizer, humano, ele humaniza-se e ao nascer tem apenas sua primeira natureza, a biológica, ao passo que se desenvolve, pelo trabalho, produz sua segunda natureza, a sociedade, o ser social. O trabalho é o processo entre o homem e a natureza, pelo qual o homem pode controlar e transformar a natureza para satisfazer suas necessidades e nesse processo, se transforma também, produz ferramentas, com as quais, potencializa suas capacidades físicas. Essa ação está sempre direcionada a um fim.

Marx diferencia três processos distintos que envolvem o trabalho “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 2014, p. 212). Estes aspectos foram sintetizados também nas obras de Netto e Braz (201), de Foladori, Melazzi e Kilpp (2016), entre outros. Desta forma, o homem para transformar a natureza produz os

meios, as ferramentas e com elas interfere sobre o meio, sobre os objetos. Os meios de trabalho produzidos pelo homem são objetos dos quais se apodera para desenvolver a ação pretendida. Para Marx a terra é, em si, um meio de trabalho, que exige outros meios, mediações, para atingir o objetivo da ação, a produção de alimentos, extração de minérios, etc. Com isso, o “meio natural” passa por transformações que alteram sua forma, sendo portanto, um meio trabalhado, social.

Esse processo cria objetos com valor de uso, pois atendem a necessidades eminentemente humanas, os objetos passam a conservar o processo de trabalho humano, de forma que ficam contidas nos objetos as intenções e realizações humanas, objetos trabalhados e trabalho objetivado. O valor de uso fica implicado nos objetos, matérias primas ou objetos produzidos na medida em que podem satisfazer necessidades humanas.

Marx afirma que na relação de trabalho, apenas o trabalho vivo, pode transformar produtos naturais em valores de uso e em novos valores de uso, se não, mesmo os produtos naturais mais resistentes, como o metal, sucumbiriam a ação do tempo e não conservariam seu valor de uso. Então, pelo trabalho o homem consome esses produtos naturais e “quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias-primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos, ou utiliza-se de produtos como meios de produção de produtos”. (MARX, 2014, p. 217)

Para Marx, o processo de trabalho no capitalismo consome força de trabalho como um produto e isso traz duas importantes implicações: a) o trabalho desenvolvido pelo trabalhador se comporta como uma mercadoria em geral que, uma vez adquirida, pertence ao seu comprador, o capitalista; b) o produto resultante do processo de trabalho, não pertence ao produtor direto, mas ao proprietário da matéria prima e comprador da força de trabalho. Assim, “ao penetrar o trabalhador na oficina da capitalista, pertence a este o valor de uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. [...] O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 2014, p. 219). Desta forma, ao trabalhador não cabe decidir sobre qual objeto vai empregar seu trabalho, tampouco a ele pertence o produto. Sob o sistema capitalista de produção vê-se separar a intenção do trabalho e do domínio do produto do trabalho.

1.1 Alterações históricas na forma de trabalho humano: o trabalho alienado

Nessas condições, em que o trabalhador se converte ele próprio em mercadoria - sua força de trabalho -, a natureza do trabalho não se altera, como ação pela qual o homem produz sua natureza social, entretanto apenas a força de trabalho pertence ao trabalhador e ele converte-se em uma mercadoria em geral, conforme aponta Marx (2010),

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral. (MARX, 2010, p. 80, grifos no original)

O produto do trabalho, que é a matéria transformada pela ação humana, se converte em mercadoria que é apropriado privadamente, por quem detém os meios de produção e o capital necessário para adquirir a matéria e a força de trabalho. Os produtos do trabalho contém o processo de trabalho humano, e quando o produto do trabalho é apropriado privadamente, também é apropriado o trabalho humano de quem produziu, que está contido no produto.

De acordo com a teoria do valor de Marx, esse é gerado a partir do trabalho social necessário para produzir o determinado produto. O que gera o valor da mercadoria é o trabalho humano, assim “o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 2014, p. 220). Ou seja, o trabalho é o processo de satisfação das necessidades humanas, que, convertido em mercadoria no capitalismo, se dirige a troca do tempo de trabalho por salário, desta forma, o resultado do trabalho é alienado do trabalhador, pois este se apropria do valor pago ao seu tempo de trabalho e não do produto por ele produzido. A ele não pertence o produto do trabalho, mas recebe uma quantia, um salário, que equivale ao trabalho socialmente necessário para a produção daquele produto, desta forma, o valor do produto produzido durante a jornada de trabalho e o valor da jornada de trabalho são aspectos diferenciados. (MARX, 2014)

O valor da força de trabalho, que é um produto, calcula-se pelo custo da manutenção da força de trabalho, e não pelo valor que ele pode produzir pelo trabalho. Daí resulta o lucro do capitalista, pois “a manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca”. (MARX, 2014, p. 227)

Na vigência do capitalismo a produção não se faz para o valor de uso, mas para o valor de troca, o que determina o que será o não produzido depende da potencialidade de troca da mercadoria. O sistema capitalista de produção faz com que os interesses do capitalista e do trabalhador não coincidam, ao primeiro interessa produzir mercadorias para a troca, ao trabalhador interessa trocar sua mercadoria - força de trabalho - por dinheiro, para garantir a sua subsistência, ainda que necessite dos produtos para sua própria sobrevivência, aos quais somente terá acesso pela mediação do dinheiro.

No capitalismo o trabalhador não recebe o valor correspondente ao valor do trabalho socialmente necessário para a produção de cada produto, mas recebe uma quantia que corresponde ao valor necessário à reprodução da sua força de trabalho, da sua vida e em troca “entrega” sua força de trabalho por um tempo estipulado, que corresponde à jornada de trabalho.

Como não coincide o valor pago ao trabalho com o valor do tempo socialmente necessário à produção, essa diferença permite que o trabalhador produza mais durante a jornada de trabalho, do que o custo da reprodução da sua força de trabalho, dessa diferença decorre o lucro do capitalista, do valor não pago ao trabalhador. Entretanto, mesmo que o trabalho, nessas condições seja uma mercadoria genérica, não deixa de ser a forma pela qual se transforma a matéria em produto, com o emprego, quando necessário, de meios de produção, de ferramentas, não perde portanto sua gênese.

1.2 Divisão do trabalho e manufatura

A produção histórica do sistema capitalista tem avanço com a manufatura, que resultou da reunião de trabalhadores de diferentes ofícios, para produzir um mesmo produto, ou de um mesmo ramo de produção. Esse processo potencializa o resultado do trabalhador individual, entretanto o resultado do trabalho seguiu sendo apropriado pelo dono do oficina. Não pertencendo ao conjunto dos trabalhadores da oficina.

A manufatura intensifica a divisão do trabalho na produção de um mesmo produto, e a “mercadoria deixa de ser um produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial” (MARX, 2014, p. 392). Pela produção manufatureira se dá uma especialização das ferramentas de trabalho, pois “melhora, simplifica e diversifica as ferramentas, adaptando-as às novas funções exclusivas do

trabalhador parcial” (MARX, 2014, p. 396) e, neste contexto, o trabalhador passa a ser ele também uma ferramenta, na medida em que é agregado a produção de uma pequena parte de um produto, executando de forma intermitente a repetição de uma operação, após ser classificado para desempenhá-la, segundo suas aptidões. Esse desenvolvimento da parcialização do trabalho, especialização das ferramentas de produção, associação de diferentes produtores em um mesmo local, diminui o tempo socialmente necessário para a produção de um produto, intensificou o trabalho do trabalhador, e criou as condições para o desenvolvimento da maquinaria, que na manufatura eram usadas “sobretudo para certos processos preliminares simples que tem de ser executados em larga escala e com grande emprego de força.” (MARX, 2014, p. 403)

Com a manufatura ampliam-se as condições concretas de produção e, aumentando a produção na mesma jornada de trabalho, ocorre a ampliação do lucro e diminuindo o valor da força de trabalho,

A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redundam, para o capital, em acréscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente. (MARX, 2014, p. 405)

A divisão do trabalho e a especialização das ferramentas produziram as condições para o desenvolvimento da maquinaria, a automação do processo de produção, das etapas parceladas da produção. Com a automação, com o uso da maquinaria, aumenta a produção em menos tempo, aumenta a produtividade, diminui o tempo socialmente necessário à produção. Entretanto, a natureza do trabalho humano segue sendo a geradora de valor, seja embutida nas máquinas, seja na produção direta. A maior produtividade diminui o valor da mercadoria, porque contém em si menor tempo de trabalho humano, pois quanto maior a produção, menos valor se transfere.

Esse processo produz, de acordo com Marx (2014), efeitos imediatos:

- a. A inserção do trabalho feminino e infantil, uma vez que a produção automatizada não depende mais da força física;
- b. O prolongamento da jornada de trabalho, uma vez que a maquinaria contém em si um valor agregado, tempo socialmente necessário e este precisa ser compensado na produção. Isso faz com que a jornada de trabalho se prolongue a fim de atingir essa produção correspondente ao valor da máquina em menor tempo;
- c. Intensificação do trabalho, que decorre do tempo ampliado da jornada de trabalho.

A Lei Fabril de 1844, na Inglaterra, acelera o processo de transição da manufatura para a produção fabril, pois regulamenta o trabalho de mulheres e crianças, a jornada de trabalho, com sua duração, pausas, início e término. Esse processo de embrutecimento humano produzido pelo modo de produção capitalista foi tão facilmente percebido a ponto de Adam Smith recomendar a instrução do povo como forma de conter esse processo. Essa afirmação é recuperada por Marx (2014, p. 418) que enfatiza que “para evitar a degeneração completa do povo em geral, oriunda da divisão do trabalho, A. Smith recomenda o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas”.

Agrupando os trabalhadores e condensando nas ferramentas o desenvolvimento do processo de trabalho, parcializando-se esse processo, tornou-se possível aumentar a produção e conhecer os fundamentos da produção, o que antes era de domínio de um artífice ou de um grupo de artífices, poderia ser desenvolvido por qualquer sujeito, mesmo que não tenha tido treinamento, pois tornou-se fácil aprender uma pequena parte do processo que seria repetida ao longo da jornada de trabalho, com isso “o período manufatureiro desenvolveu os primeiros elementos científicos e técnicos da indústria moderna” (MARX, 2014, p. 433).

Com o advento da maquinaria a produção superou em grande medida a capacidade humana de produção. Marx enfatiza que as máquinas, assim como as ferramentas são produtos humanos que resultaram do trabalho humano, ou seja, são trabalho humano objetivado. Não são as máquinas que intensificam o trabalho humano, é a exploração do trabalho, da força de trabalho, da qual se apropria o proprietário da máquinas (meios de produção) que explora o trabalhador. Nesse sentido, Marx (2014, p. 488) pondera que os trabalhadores não compreenderam esse processo imediatamente, mas foi necessário “tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados.”

O trabalho alienado decorre do estramento entre o objetivo do trabalho e a ação desenvolvida. Na vigência do capitalismo o homem passa a trabalhar em troca de um salário, valor que corresponde à reprodução da vida e não ao tempo socialmente necessário para produção. O objetivo do trabalho não está mais diretamente relacionado com o obtenção dos meios e produtos para a satisfação das suas necessidades. Essa capacidade se converte em trabalho em geral, podendo ser aplicada para produzir qualquer produto, inclusive aquele do qual o homem não necessita imediatamente.

Essa possibilidade revolucionária, atingida contraditoriamente por meio do modo de produção capitalista, de conhecer todo o processo de produção e objetivar nas máquinas a capacidade de produção, para Marx contém o germe da educação do futuro, pois

A indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu processo social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciado num deles. [...] As formas multifárias, aparentemente desconexas e petrificadas do processo social de produção se decompõem em aplicações da ciência conscientemente planejadas e sistematicamente especializadas segundo o efeito útil requerido. (MARX, 2014, p. 551)

O conhecimento sobre o processo de produção e as formas mais desenvolvidas de produção devem ser difundidas a todos por meio de um processo educativo. Os fundamentos do processo produtivo devem ser transmitidos via processo educativo. Por isso, Marx (2014, p. 548-549) afirma que “do sistema fabril, [...] brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e em único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos.”

2 Popularização da escola no desenvolvimento do capitalismo

“Numa segunda escola, a sala de aula tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças que grunhiam algo ininteligível. [...] Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças.” (Passagem narrada por Marx sobre a inspeção em escolas na Escócia). (MARX, 2014, p. 458)

“Na escola unitária, a última fase deve ser concebida e organização como a fase decisiva, na qual se tende a criar os valores fundamentais do “humanismo”, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias a uma posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, comércio, etc).” (GRAMSCI, 2000, p. 39)

Os dois excertos iniciais falam sobre o mesmo local, a escola, na mesma sociedade - a capitalista; o primeiro descreve a escola concreta no século XVIII e o segundo, uma aspiração, já no início do século XX. Que forças sociais fariam o espaço descrito na segunda metade do século XVIII transformar-se na escola projetada por Gramsci, pouco mais de um século distante? Marx já havia afirmado que o fundamento do trabalho social é o germe da educação do futuro, Gramsci enfatiza que a educação e a formação das novas gerações devem ser tarefas do Estado, para que todos os jovens possam se desenvolver adequadamente, independente da sua classe social, entretanto a receita Smith parece ser ainda emblemática: ao povo ensino em doses homeopáticas... Como superar o empobrecimento da escola do povo?

Como avançar para um ideal de formação humana apontado por Gramsci, na sociedade capitalista? Seria essa uma possibilidade real?

A Revolução Industrial, de acordo com Netto e Braz (2012) alterou a forma de produção, aumentando muito a capacidade produtiva, entretanto, ao invés de diminuir a necessidade de trabalho humano, a maquinaria e a produção industrial, convertem-se em forma de intensificar o trabalho humano, aumentando a carga horária da jornada de trabalho, intensificando o labor durante a produção. Isso não se deve a introdução dessa ferramenta na produção, mas a apropriação privada dos meios de produção e na conversão de produtos em mercadorias.

A produção capitalista, ao passo que possibilitou o aumento da exploração do trabalho, possibilitou também conhecer e controlar cientificamente a produção. E também faz emergir novas necessidades *de* trabalhador, capacidades produtivas reunidas pelo trabalho no emprego da sua força de trabalho. O modo de produção requer, em cada momento histórico, um determinado tipo de trabalhador, que precisa atender as especificidades do mercado de trabalho, do trabalho produtivo no capital. (FOLADORI, MELAZZI, KILPP, 2016)

O organização da vida em cidades, processo desencadeado pela manufatura e pela industrialização, articulada à luta contra o feudalismo, faz emergir um novo tipo de necessidade aos sujeitos, necessidades que não estavam colocadas ao servo no modo produção feudal, a necessidade de saber ler e escrever, inclusive porque essas não eram necessidade que se colocavam para a produção no feudo. Converter o súdito em cidadão exigiu novas formas de comunicação e domínios desse sujeito. Esse movimento faz crescer a necessidade de um tipo de organização que pudesse desempenhar esse papel. Nesse contexto e também impulsionado por movimentos operários, ancorados na Lei Fabril inglesa, do século XVIII, popularizam-se as escolas, como locais de transmissão de conhecimentos e valores necessários a vida na nova sociedade.

Essas escolas, como descritas por Marx n'O Capital, eram lugares precários, com poucas condições de ensinar alguma coisa a alguém seja pela deficiência material ou pelas condições dos professores. Entretanto, essas escolas, destinadas aos trabalhadores não precisavam se deter em ensinar conhecimentos enciclopédicos, mas conhecimentos básicos, parciais.

Nas obras de Marx e Engels não se encontram longas análises sobre o desenvolvimento do processo educativo, mas apontam a necessidade de transmissão às novas gerações a “chave” para compreensão do processo de produção. Como o homem produziu a sua segunda natureza, a natureza social, por meio do trabalho, os autores defendem que o

trabalho é a essência da humanidade do homem, compreender como ele se desenvolve em cada tempo histórico e no tempo atual é condição para que cada sujeito produza em si o desenvolvimento humano produzido coletivamente ao longo da história humana. Esse processo não se faz de forma “natural”, porque na sociedade atual o trabalho é desempenhado na sua forma alienada, estranhada, o que não permite que cada sujeito individual conheça diretamente os fundamentos da produção humana, que permanecem ocultos pela parcialização e racionalização do processo de trabalho.

Conhecer esses fundamentos exige um determinado tipo de mediação, possível pelo processo educativo. Entretanto, para que se realize, requer que se enfrente a cortina de fumaça e as amarras impostas pelo capital, que segue afirmando, não ser essa uma necessidade do trabalhador. O capitalismo, como forma de produção hegemônica, mundializada, em sua forma imperialista, mantém essa hegemonia de diferentes formas (NETTO, BRAZ, 2012). A ideologia que se desprende desse sistema se espraia socialmente de diferentes formas, pela mídia, pelo processo educativo do trabalho alienado e fornece diretrizes para que o trabalhador se forme, agregue valor ao “seu produto” a fim de se reproduzir enquanto mercadoria. Essa diretriz exclui a necessidade de o trabalhador conhecer os fundamentos do processo de trabalho, bem como, as formas mais desenvolvidas de cultura humana.

2.1 Princípio educativo: o trabalho

É Gramsci, apoiado nas obras de Marx e Engels que melhor desenvolve essa ideia da organização de um processo educativo que desenvolva o seu humano em todas as suas potencialidades, em contraposição ao projeto do capital para formação do trabalhador. A necessidade de formação do homem omnilateral, que supere a formação parcial, unilateral, do trabalho alienado. Para Saviani (2007) o processo educativo coincide com a própria produção do homem, de maneira que o trabalho e a educação são imanentes à humanização, assim “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo.” (SAVIANI, 2007, p. 154)

Essa formação proposta por Gramsci tem o trabalho como princípio educativo, a base dessa escola é a técnica da indústria, ou seja, desenvolver de forma mediada a tecnologia empregada no processo produtivo, com isso, rearticula a formação com o processo de trabalho, separado por meio de trabalho alienado no capital. Desta forma, não se trata de adaptar os homens para a vida na sociedade capitalista, mas de todo homem conhecer os

fundamentos do processo produtivo, do processo que lhe garante a humanização. Todos os sujeitos desta sociedade precisam ser formados com essa base, uma educação unitária que não apresente distinção entre os que detêm ou não os meios de produção, por isso essa educação “deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas” (GRAMSCI, 2000, p. 36). Esse tipo de educação pode contribuir para superação da divisão do trabalho, já que está fundada na superação da divisão entre pensar e fazer, que todos tenham capacidades para ser dirigentes da sociedade. A esse respeito Manacorda (1991, p. 67) adverte que “não é, de fato, o trabalho como processo ou parte do processo educativo que pode, sozinho, subverter as condições sociais e libertar o homem; pode, no entanto, ser um elemento que concorra para sua libertação, dado o inevitável condicionamento recíproco intermitente entre escola e sociedade”. Ou seja, o processo educativo pode fornecer a chave para compreensão do modo de produção e para isso, de acordo com o mesmo autor, o trabalho produtivo e a educação não se separam.

Marx extrai o princípio da educação politécnica ou tecnológica da contradição do próprio sistema. O sistema capitalista desvelou o “segredo” da produção, permitindo que todos possam conhecê-lo e para que os sujeitos se integrem ao sistema como produtores e consumidores precisam de um determinado tipo de conhecimento. O conhecimento que o sistema capitalista está disposto a disseminar é um conhecimento parcializado, fragmentado, cabe à luta dos trabalhadores a exigência por uma educação que supere unilateralidade, legando a todos a riqueza cultural produzida historicamente, a história humana.

Para Manacorda (1991) a unilateralidade humana na sociedade capitalista é decorrente do processo de divisão do trabalho e contém as formas negativas de humanização, ao contrário, a omnilateralidade seria a perspectiva a se perseguir, porque reúne as forças humanas, toda a positividade do processo criativo humano na sua interação com a natureza e com a sociedade. Para ele ao superar a divisão do trabalho, a relação parcializada do homem com a natureza se estabelece outra relação, “uma relação universal, onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico; e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana.” (MANACORDA, 1991, p. 74)

Gramsci, já no início do séc. XX, por meio de conceitos como relação de forças, hegemonia, intelectualidade, explicita o papel do processo formativo para a luta dos trabalhadores contra a exploração e contra a divisão de classes. Essa luta pode conduzir a formação omnilateral, que, de acordo com Manacorda (1991, p. 89-90), “é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo,

a totalidade de capacidade de consumo e de prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais”.

Para Gramsci a escola deve estar voltada à compreensão das leis da natureza e do funcionamento da sociedade, para se contrapor a uma visão fantástica do mundo. Essa compreensão é necessária para o desempenho do trabalho no atual modo de produção, ou seja, para produzir com a maquinaria é necessário conhecer as leis que regem a natureza e a organização social, por meio de noções concretas, de leis científicas. O atual modo de produção, que com a “introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica” (SAVIANI, 2007, p. 159), tornou possível o trabalho com o mínimo de conhecimentos, pois este se faz parcializado e fragmentado. Logo, para superar a fragmentação que se materializa no trabalhador é preciso superar a fragmentação da sua formação, do seu trabalho.

Gramsci defende um princípio educativo moderno, assentado sobre o trabalho industrial, de forma que este deve aliar a técnica, por meio do domínio dos fundamentos científicos e as concepções humanistas históricas, de cultura geral, superando o empobrecimento do currículo originado do trabalho fragmentado. Saviani (2007, p. 161) enfatiza que por esse meio se chega a formação politécnica apontada por Marx, na qual os sujeitos atingem “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”. Por meio desta formação, cada sujeito produz em si a humanidade coletiva, realiza a síntese entre o universal e o particular.

Para Gramsci é por meio da escola unitária que se chegaria ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, nesse sentido

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos da cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, 2000, p. 40)

Neste caderno, de número 12 “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”, Gramsci faz importantes apontamentos sobre quais deveriam ser as ocupações das escolas nas diferentes fases das crianças e dos jovens. Afirma que no início da escolarização as crianças precisam educar-se para o processo de aprendizagem e também conhecer as “primeiras noções de ciências naturais e as noções dos direitos e deveres do cidadão” (GRAMSCI, 2000, p. 42).

Nesse aspecto emerge o problema da pesquisa que está em curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia. A escola primária brasileira tem, por definição de suas políticas

educacionais, privilegiado o ensino de língua portuguesa e matemática - a despeito da sua não realização de forma eficaz e eficiente a todas as crianças - e produzido um solene afastamento dos fundamentos do mundo natural e social. Essa escolha, da ênfase do ensino nos anos iniciais, tem refletido na diretriz de formação de professores para a educação básica.

3 Sintetizando e concluindo...

É certo que o homem se produziu pelo trabalho, de forma que o trabalho somente pode ser uma realização social. Por meio desta ação o homem foi satisfazendo suas necessidades, construindo ferramentas, objetivando suas experiências concretas nos objetos de trabalho, no seu próprio corpo. Por esse meio e de forma colaborativa produziu toda a humanidade, ao passo que produz novas necessidades, não colocadas pelo biológico, como a arte, a música etc. Alterou a natureza a e si mesmo. Identificou-se como um ser produtor, que produz o que necessita para satisfazer suas necessidades e para além delas. Por meio desse processo afasta-se cotidiana e continuamente do domínio da natureza e avança para o domínio social sobre suas forças físicas e espirituais. É um ser trabalhado!

Ao longo da história humana, o homem se relacionou com a natureza e entre si de diferentes modos e essa relação do homem com o mundo e entre si, Álvaro V. Pinto (1978) afirma que é uma relação dialética. Captar esse movimento humano em pensamento, para identificar e compreender os nexos entre os diferentes processos, é também um processo social, conhecer é uma decorrência social. Esse conhecimento sobre a natureza, que começa embrionariamente a se estabelecer a partir da experiência permitiu ao homem o domínio das forças da natureza. Objetivar esse conhecimento advindo da experiência em objetos, ferramentas, meio para produzir novos produtos. Assim, esses objetos são forças humanas cristalizadas.

Como esse conhecimento sobre a natureza, suas forças, não se fez de forma individual e linearmente, entende-se que todo o gênero humano se beneficia dessa experiência, desse processo civilizatório. Vir a ser um sujeito produtor genérico, que produz aquilo que necessita diretamente ou não, que produz muito além de suas necessidades de consumo foi uma possibilidade cunhada ao longo de milênios da história humana. Na última forma social de produção, que se hegemonizou de forma mundial no último quartel do século XX, o modo de produção capitalista, a apropriação sobre os produtos do trabalho ocorre não a partir das necessidades humanas, mas o produto do trabalho pertence a quem também pertence o meio que permite a produção. Ao trabalhador cabe apenas o pertencimento da sua

força de trabalho, que nessa situação, se converte também em um produto. Para acessar os produtos dos quais precisa para sobreviver, o trabalhador vai ao mercado trocar seu salário - restituição por uma jornada de sua força de trabalho - por produtos. A mediação universal que se produz nessa sociedade é a mercadoria.

O conhecimento sobre o funcionamento do mundo, que permitiu o domínio sobre ele, para ajustá-los às suas necessidades, separa-se do conhecimento para a produção. Essa produção se faz, com o uso das máquinas e ferramentas, de forma parcializada, fragmentada, cindida entre teoria e prática. Dessa forma, ao trabalhador que não possui os meios de produção, não lhe cabe nem o domínio sobre o produto que produz, tampouco o conhecimento sobre o processo que permitiu a produção. Vê-se portanto, alienado.

As escolas se popularizaram como espaços necessários para integrar todos os sujeitos ao novo modo de vida, como espaços para transmitir às novas gerações aquilo que o conjunto da sociedade considera de fundamental conhecimento para inserção na vida social. Sob a égide de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, cuja hegemonia é detida pelos proprietários dos meios de produção, a quem interessa conservar o funcionamento do sistema, porque são beneficiados material e espiritualmente por ele, que tipo de educação pode propor ao conjunto dos trabalhadores? Uma educação que lhe permita, como afirma Marx, romper o véu que impede a compreensão para além das aparências?

Nossa percepção é que a escola do capital tem afastado o seu humano do seu ser genérico. Tem mantido o afastamento o ser humano, particularmente dos trabalhadores, dos fundamentos do trabalho na sociedade contemporânea, com isso, o conjunto dos homens mantêm-se afastados da herança cultural e material humana.

Conforme exposto anteriormente, não é o domínio dos fundamentos do trabalho, da técnica, da tecnologia, que por fim à sociedade de classes e promoverá a socialização da riqueza material e cultural humana. Entretanto, o não enfrentamento do afastamento cultural dos trabalhadores do produto humano, tampouco pode contribuir.

Enfrentar as formas alienadas de escolarização pode contribuir para a compreensão dos fundamentos da produção material e das formas sociais produzidas coletivamente ao longo da história humana e conduzir o “jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.” (GRAMSCI, 2000, p. 49). Nesse sentido, há que se compreender as formas mais adequadas de formar os professores que atuarão com as crianças nas escolas primárias, a fim de que estes possam por em marcha, enfrentadas outras mazelas, uma educação que se guie pela formação omnilateral.

Referências

FOLADORI, G.; MELAZZI, G.; KILPP, R. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): os intelectuais, o princípio educativo. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro 1**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, 2012.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 152-180.